



## **A FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA: CASO DA REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**Carlos Leonardo Sgari Szilagyi**

[koriarq@hotmail.com](mailto:koriarq@hotmail.com)

Universidade de Passo Fundo

**Maria Ângela Dias**

[magedias@gmail.com](mailto:magedias@gmail.com)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Rosani Sgari**

[rosani@upf.br](mailto:rosani@upf.br)

Universidade de Passo Fundo

### **RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de apresentar o processo de reforma do Plano Pedagógico de Curso do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo ocorrido em 2016 e as diferenças nas disciplinas, carga horária e perfil profissional a formar em relação ao currículo anterior. Para isso comparou-se as estruturas dos currículos da Universidade de Passo Fundo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro e sua relação com os campos do saber descritos na Diretriz Curricular Nacional. Como resultado encontramos uma reconfiguração pautada na tentativa de integralização de conteúdos fundamentados na ótica do projeto, com poucas horas de trabalho para áreas como planejamento urbano e regional, meio ambiente, técnicas retrospectivas e topografia. Conclui-se que em ambas universidades, a construção do profissional ainda é pautada para o trabalho em projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo que, por si só não dá conta da formação do profissional com perfil generalista, apto a trabalhar em todos os campos de atuação da profissão, sendo capaz de transformar o ambiente construído de forma positiva e em acordo com as necessidades do século XXI.

**Palavras chave:** Ensino, Diretrizes Curriculares, Arquitetura e Urbanismo, Plano Pedagógico de Curso, Campos do saber.

## 1. INTRODUÇÃO

A atuação do Arquiteto e Urbanista, de formação única em todo Brasil, generalista, condiciona os cursos a construírem seus currículos mínimos (obrigatórios) sob o prisma de seus vários campos de atuação, na busca pelo perfil profissional ensejado dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

A formação generalista está determinada na DCN dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, hoje descritos na Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que em seu artigo 3º, parágrafo 1 diz que “a proposta pedagógica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis” (MEC, 2010, p.01).

Quando confrontamos a capacidade das escolas de cumprir com os desafios impostos pelas características de formação do profissional, vem à tona a preocupação em como elencar todas estas características ao indivíduo de forma que ele possa participar criticamente na melhora do ambiente construído. A carta da Unesco para formação em arquitetura (UIA, 2011, p.02), contribui com o desafio, ao definir o papel do Arquiteto e Urbanista:

Nós, arquitetos, implicados na evolução futura da qualidade do ambiente construído num mundo em rápida transformação, cremos que tudo quanto tem repercussão sobre o modo como tal ambiente é planeado, concebido, construído, utilizado, equipado, cuidado e mantido, pertence ao domínio da Arquitetura. Sentimo-nos responsáveis pela melhoria da formação teórica e prática dos futuros arquitetos por forma a permitir-lhes satisfazer as expectativas das sociedades do século XXI do mundo inteiro no que concerne aos assentamentos humanos sustentáveis em cada contexto cultural.

Sendo o Arquiteto e Urbanista um profissional cuja qualidade do ambiente construído recai sobre sua responsabilidade técnica, como as escolas de arquitetura podem e devem formar este profissional generalista capaz de satisfazer a DCN ao tempo em que ele enfrenta um mundo em rápida transformação? Estas preocupações com certeza entram na pauta para qualquer discussão acerca da construção ou reforma de Plano Pedagógico de Curso (PPC).

O PPC de cada curso de Arquitetura e Urbanismo constitui o mecanismo legal institucional perante o Ministério da Educação, acerca do compromisso com a formação profissional. É nele que constam as metodologias adotadas para a construção do perfil profissional desejado, elencando as disciplinas a serem cursadas, assim como o método de avaliação e a infraestrutura disponível e necessária para cumprir com os objetivos propostos.

Sendo ele o documento legal para a construção do profissional e de avaliação das condições de formação, torna-se crucial para qualquer escola de Arquitetura e Urbanismo que mantenha seu PPC atualizado e em consonância com as expectativas da sociedade.

Todos estes elementos fizeram com que o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo realizasse o processo de reforma curricular, buscando não apenas uma atualização da metodologia para a formação profissional, mas também uma reestruturação capaz de atender aos novos desafios na construção do perfil desejado.

Para a compreensão do processo de atualização, este artigo apresentará dados anteriores e posteriores à reforma de 2016, no que tange ao número de disciplinas, campos do saber descritos na DCN, carga horária e o perfil profissional desejado. Toma como comparação o

curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo como critério o fato de ser o curso mais antigo do Brasil, e por muitas décadas ter servido como parâmetro para a construção dos currículos mínimos nas universidades do país.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a atualização do Plano Pedagógico de Curso (PPC), primeiro faz-se necessário conhecer a legislação que rege o profissional que se deseja formar. No caso do Arquiteto e Urbanista, além da Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que institui as diretrizes curriculares, tem-se a criação, no mesmo ano, da lei 12.378, da presidência da república, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

O CAU por sua vez, instituiu as resoluções que gerem a atividade profissional do Arquiteto e Urbanista, com destaque para a resolução nº 21, de 2012, que dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais, a resolução nº 51, de 2013, que dispõe sobre as áreas privativas de atuação dos Arquitetos e Urbanistas e o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

Todas estas regulamentações exercem influência na formação do perfil profissional desejado, existindo uma relação direta entre os campos de atuação profissional definidos pelo CAU e os conteúdos curriculares obrigatórios definidos pela DCN, como pode-se verificar na tabela 01:

Tabela 1 - Relação entre os campos de atuação descritos pelo CAU e os conteúdos curriculares obrigatórios descritos pelo MEC.

<b>CAMPO DE ATUAÇÃO DO EGRESSO X CONTEÚDO CURRICULAR OBRIGATÓRIO</b>		
<b>RESOLUÇÃO Nº 21, DE 5 DE ABRIL DE 2012 – CAU (CAU, 2012)</b>	<b>RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010 – MEC (MEC, 2010)</b>	
<b>CAMPOS DE ATUAÇÃO</b>	<b>CAMPOS DO SABER</b>	<b>NÚCLEOS</b>
	Estética e História das Artes	Núcleo de conhecimentos de fundamentação
	Estudos Sociais e Econômicos	
Do Meio Ambiente, estudo e avaliação dos impactos ambientais, licenciamento ambiental, utilização racional dos recursos disponíveis e desenvolvimento sustentável.	Estudos Ambientais	
De Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos; De Arquitetura de Interiores, concepção e execução de	Desenho e meios de representação e expressão	

projetos; De Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial; De instalações e equipamentos referentes à Arquitetura e Urbanismo;	Informática Aplicada a Arquitetura e Urbanismo	Núcleo de conhecimentos Profissionais
	Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo	
Do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico - territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;	Planejamento Urbano e Regional	
Da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;	Tecnologia da Construção	
Dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas;	Sistemas Estruturais	
Do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;	Conforto Ambiental	
Do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;	Técnicas Retrospectivas	
	Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do	

	Paisagismo	
De Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto - interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;	Topografia	
	Trabalho Final de Curso	Encerramento

Fonte: do autor.

Nos campos de atuação descritos na resolução nº 21, de 5 de abril de 2012, pautam a atuação do profissional além do campo de concepção e execução de projetos de Arquitetura e Urbanismo, outras grandes áreas como planejamento urbano e regional, tecnologia e resistência dos materiais, sistemas construtivos e estruturais, conforto ambiental, patrimônio e topografia. Particular destaque para a área de meio ambiente, pois é a única que apesar do leque de atividades profissionais descritas, se encontra dentro da DCN como núcleo de conhecimento de fundamentação, e não como núcleo de conhecimento profissional como todos os demais.

## 2.1 A ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO NA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo (UPF) iniciou suas atividades a partir do vestibular de inverno em julho de 1995. Com o crescimento do número de alunos e professores desde o início de seu funcionamento, iniciou-se processo de discussão do aprimoramento curricular no ano de 1998. Com o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação em julho de 2000, iniciou-se o processo de reforma curricular visando atender as recomendações da comissão avaliadora, que culminou com a aprovação do novo currículo no segundo semestre do mesmo ano. Visando alterar a forma de entrada dos alunos, de uma para duas entradas anuais, assim como ajustes na matriz curricular, inicia-se uma nova reforma curricular no ano de 2001, sendo aprovada no segundo semestre de 2002 (PPC, 2016, p.05).

Com o objetivo de atualizar a matriz curricular, o curso inicia, no ano de 2006, nova discussão a respeito da reforma curricular, que culmina com a criação e aprovação do novo currículo no ano de 2008. Este currículo permaneceu em vigência durante 08 anos, sendo reformulado e substituído no segundo semestre de 2016. O currículo desenvolvido no ano de 2008 estava estruturado para atender a resolução CNE/CES nº 6 de fevereiro de 2006 e a Resolução n. 1010/2005 do sistema Confea/Crea. (PPC, 2016, p.05).

A espinha dorsal curricular girava em torno das disciplinas de projeto (arquitetônico, urbano e paisagístico), e, foi organizada dentro do mínimo exigido para os cursos de Arquitetura e Urbanismo no país de acordo com a resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que estabelece a carga horária mínima para integralização curricular de 3600 horas que devem ser vencidas em no mínimo 05 anos de estudos (MEC, 2007, p.01).

O currículo proposto a partir da reforma de 2016, procurou adequar-se à transformação do campo da arquitetura dada a publicação da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, como

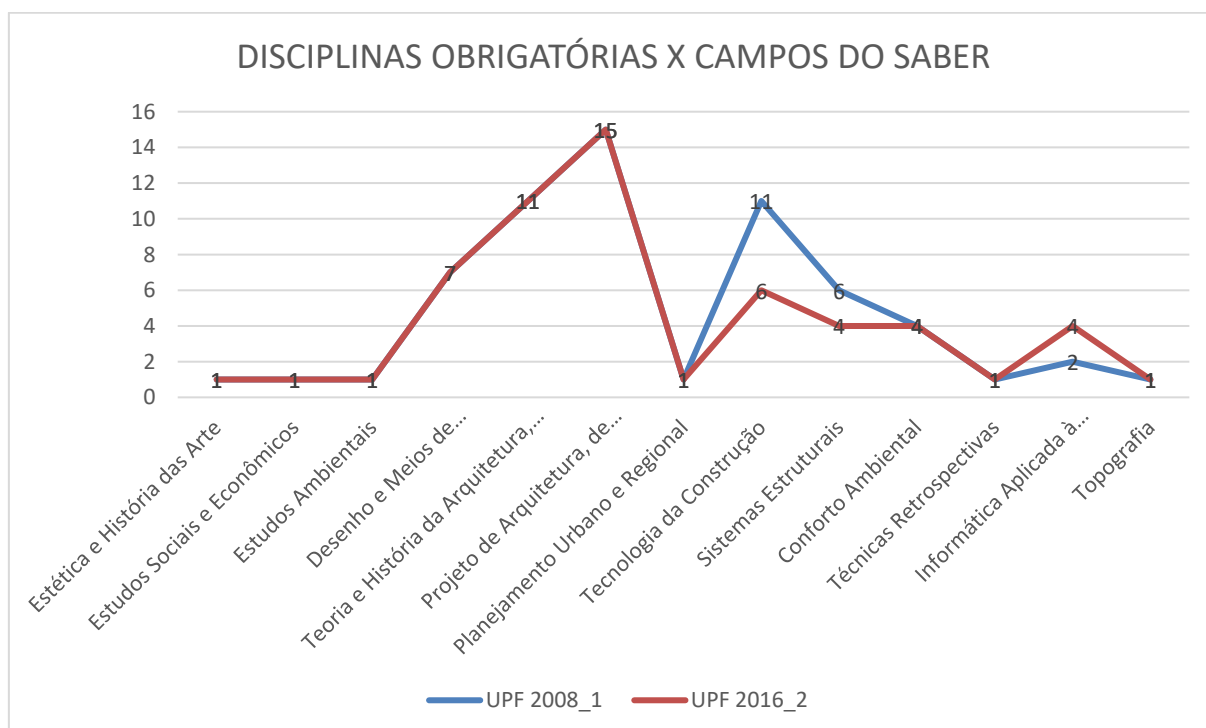
também atender as demandas da Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, do Ministério da Educação, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6 de 2 de fevereiro de 2006 (PPC, 2016, p.07).

Esta readequação visava, também, seguir as recomendações surgidas dos avaliadores que compuseram a Comissão de Avaliação in loco, referente ao processo de acreditação do curso pelo Sistema Arcu-Sul, no ano de 2013, propondo uma readequação do número de créditos e disciplinas da área tecnológica, aumentando o número de créditos e adequando as disciplinas das áreas de urbanismo, expressão e arquitetura, assim como atender as reivindicações das auto avaliações realizadas através das conversas junto aos discentes do curso (PPC, 2016, p.07).

Concomitantemente, o CAU, através da Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013, estabeleceu as atribuições específicas dos arquitetos e urbanistas, assim como da Resolução nº 52, de 6 de setembro de 2013, que aprova o código de ética dos arquitetos e urbanistas, transforma a percepção dos docentes do curso, fortalecendo a discussão e a consciência da necessidade das adaptações curriculares às novas metodologias e percepções para arquitetura e urbanismo no Brasil para o século XXI.

O gráfico 01 abaixo mostra as diferenças no número de disciplinas obrigatórias descritas nos PPCs do curso de 2008 e 2016, por proximidade de ementa com os campos do saber descritos na Diretriz Curricular Nacional para os cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Gráfico 1 – Relação entre campos do saber e as disciplinas por proximidade de ementa nos currículos 2008\_1 e 2016\_2 do curso de Arquitetura e Urbanismo da UPF



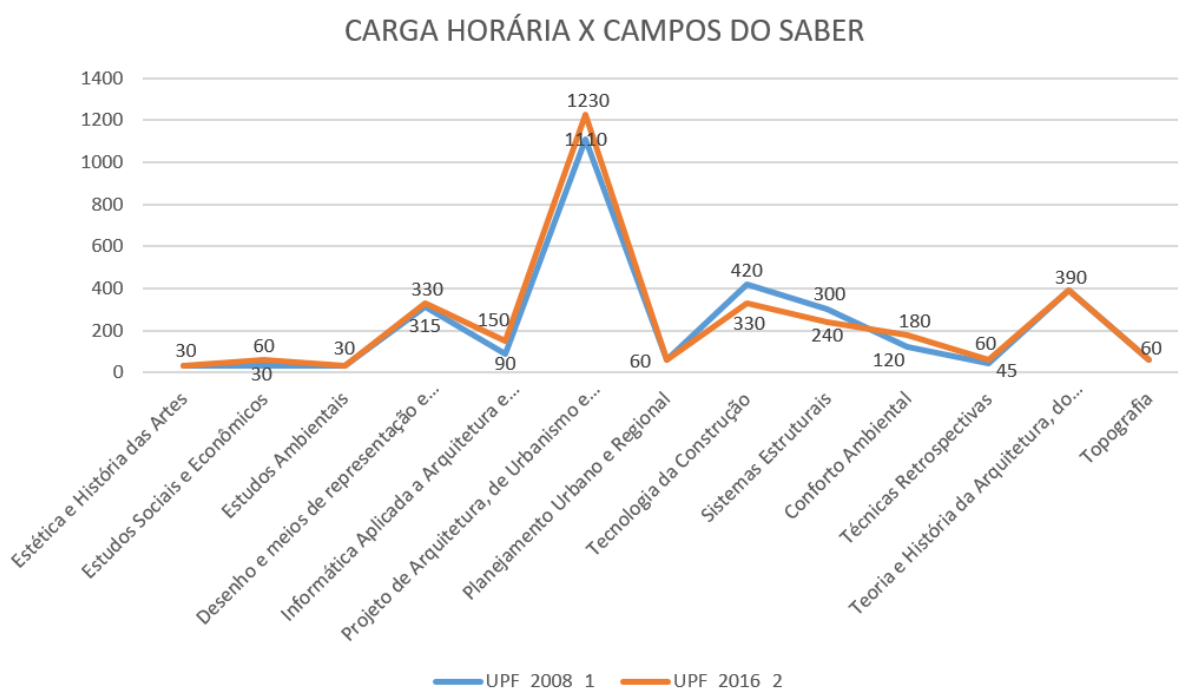
Fonte: do autor.

As disciplinas relacionadas a área de projeto continuaram a ser a espinha dorsal do curso, mas agora com a missão de integralizar os campos do saber vivenciados no semestre e semestres anteriores, buscando aumentar o leque de atividades aprendidas e desenvolvidas dentro destas

disciplinas. Elas não contam mais somente com o professor de projeto, mas sim com um leque de professores das mais diferentes áreas de atuação do Arquiteto e Urbanista.

Existe também um aumento significativo na carga horária das disciplinas obrigatórias, onde a grade sai das suas 3600 horas para 4080 horas. Ocorre uma diminuição da carga horária na área da tecnologia da construção, ao mesmo tempo que são acrescentados horas na área de informática aplicada, urbanismo e representação gráfica. Esta alteração visou atender as recomendações da acreditação internacional, assim como suprir uma demanda vista pelos docentes na utilização dos elementos tecnológicos disponíveis no mercado para uma melhor resolução projetual, como se pode ver no gráfico 02 abaixo:

Gráfico 2 – Número de horas aula em disciplinas obrigatórias por cada campo do saber descrito na DCN nos currículos 2008\_1 e 2016\_2 do curso de Arquitetura e Urbanismo da UPF



Fonte: do autor

Áreas como conforto ambiental e projeto arquitetônico também tiveram aumento em suas cargas horárias, visando adequar o tempo de aula ao conteúdo que se deseja inserir no período letivo da disciplina. Áreas como topografia, teoria e história, planejamento urbano e regional e estudos ambientais mantiveram a mesma carga horária do currículo anterior.

Para efeitos comparativos, ao analisar a carga horária do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro para as disciplinas obrigatórias, podemos observar que existe um aumento considerável de horas trabalhadas no campo de teoria e história, desenho e estética, se comparados aos dois currículos da UPF. No que tange a área de tecnologia da construção, o currículo de 2008 da UPF era muito parecido com o currículo da UFRJ, acentuando a mudança de pensamento no novo currículo do curso de arquitetura da UPF de 2016.

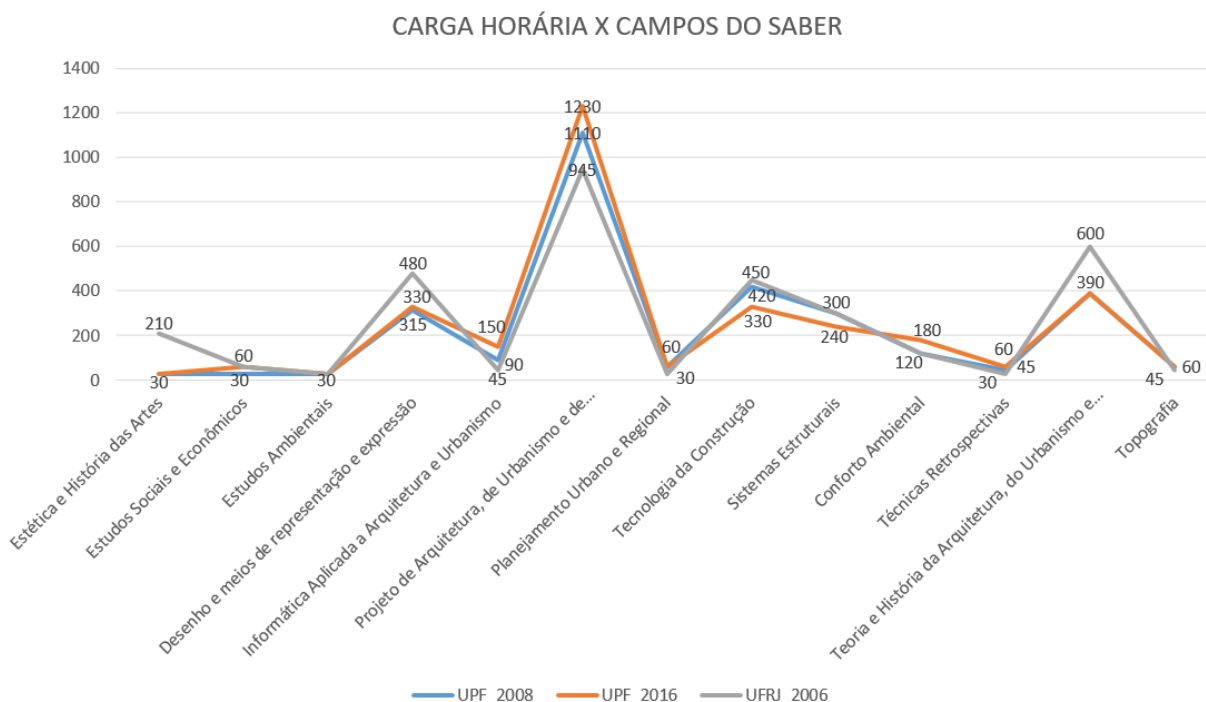
O currículo de 2016, quando analisado em relação ao currículo da UFRJ, apresenta maior número de horas aula para os campos de conforto ambiental, informática aplicada e projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo, evidenciando a tendência à formação de um profissional



ligado ao campo do projeto, com ênfase nas questões tecnológicas, muito mais que nas questões histórica/conceituais.

O gráfico 03 abaixo mostra as relações de horas aula nas disciplinas obrigatórias em relação aos campos do saber descritos na Diretriz Curricular Nacional para a formação de Arquitetos e Urbanistas:

Gráfico 3 - Número de horas aula em disciplinas obrigatórias por cada campo do saber descrito na DCN nos currículos dos curso de Arquitetura e Urbanismo da UPF e da UFRJ



Fonte: do autor

Embora estas diferenças de carga horária apareçam, de modo geral, os currículos da UPF e da UFRJ apresentam concentrações semelhantes nas áreas de saber, uma tendência reforçada quando analisamos o número de disciplinas equivalentes em cada um dos campos do saber.

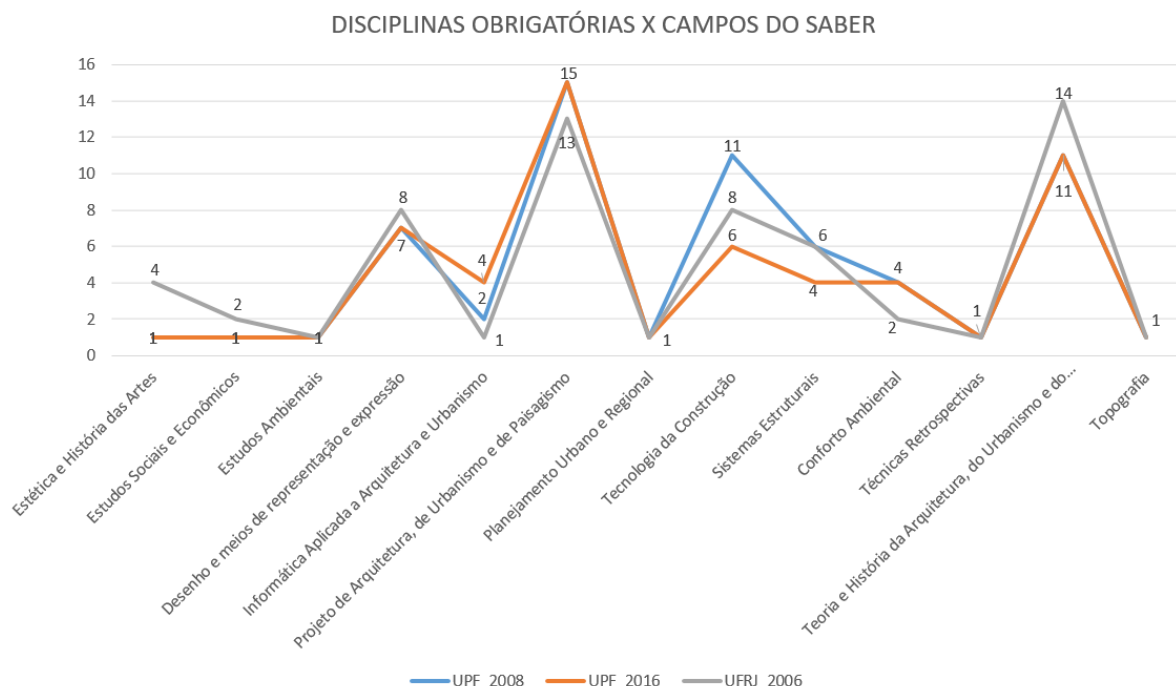
Quando visualizamos os dois currículos da UPF, o número de disciplinas na área de tecnologia da construção, se comparados ao currículo de 2008 para o de 2016, reduz de 11 para 6, enquanto o acréscimo mais significativo fica por conta da área de informática aplicada à arquitetura e urbanismo, que duplica, saindo de 2 para 4 disciplinas obrigatórias no currículo. Áreas como conforto ambiental e desenho e meios de representação e expressão apresentam o mesmo número de disciplinas, embora possuam aumento de carga horária obrigatória.

De modo geral, as disciplinas acompanham o movimento da distribuição da carga horária dos currículos, com a UFRJ mantendo seu maior número de disciplinas na área de teoria e história (total de 14), enquanto a UPF mantém seu maior número de disciplinas na área de projeto (total de 15).

O gráfico 04 abaixo mostra o número de disciplinas dos currículos obrigatórios dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro por proximidade de ementa em relação ao campo do saber descrito na DCN:



Gráfico 4 - Relação entre campos do saber e as disciplinas por proximidade de ementa nos currículos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UPF e da UFRJ



Fonte: do autor

Esta organização estrutural deve estar sempre em consonância com o perfil profissional desejado pelo curso, que deve atender além dos anseios descritos pela DCN, aos condicionantes regionais, preparando um profissional para resolver problemas e a melhorar o ambiente construído a qual pertence.

Neste sentido todos os currículos analisados apresentam a necessidade de construção de um perfil de sólida formação generalista, assim como um profissional capaz de compreender as necessidades da comunidade em constante transformação. Apesar das características em comum, encontra-se uma sutil diferença nos textos, com o perfil da UFRJ voltado para a construção do cidadão arquiteto, mais humanista, enquanto o perfil da UPF volta-se para a construção do profissional arquiteto, mais técnico.

### 3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo e comparativo compreendido como “educação comparada” numa abordagem sócio histórica onde perspectivas de pesquisa são centradas sobre a materialidade dos fatos educativos e também sobre as comunidades discursivas que os descrevem, os interpretam e os localizam em um dado espaço histórico (MOROSINI, 2003, p 375.).

### 4. RESULTADOS

A análise mostra uma tendência em formar o Arquiteto e Urbanista como um projetista, em todos os currículos analisados, diferenciando a ênfase que se dá à sua formação. No caso da UFRJ o aluno é ensejado a trabalhar o projeto com um enfoque muito maior a área de concepção e história, enquanto na UPF o aluno é instigado a trabalhar projeto com ênfase nas soluções técnicas e tecnológicas. Esta tendência pode ser característica da origem e formação

dos cursos. O curso na UFRJ é originário da escola de Belas Artes, no século XIX, enquanto o curso na UPF é originário das engenharias, já no final do século XX.

Em todos os currículos, as áreas de planejamento urbano, estudos ambientais, técnicas retrospectivas e topografia, embora apresentem uma gama imensa de atividades para os profissionais Arquitetos e Urbanistas, são apresentadas como áreas secundárias, dando-se poucas disciplinas e poucas horas para serem trabalhadas de forma específica.

Em relação ao perfil profissional, embora todos trabalhem com a premissa de um profissional generalista capaz de atender os anseios da comunidade, a estrutura formativa deixa a desejar, permitindo, por exemplo, que o egresso possua muitas horas de trabalho em áreas como projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo, e muito pouco em relação a estudos sociais e econômicos ou estudos ambientais. É necessário registrar que na Universidade de Passo Fundo existem disciplinas de cunho obrigatório nominadas DNA. Estas disciplinas tem a tarefa de contribuir com a formação generalista, mas, percebe-se que as disciplinas não dão conta desta função formativa. As ementas propostas associadas as metodologias usadas não garantem a formação generalista e, não raro, perdem sua função no processo formativo.

Percebe-se, também, que a reforma curricular ocorrida na UPF no período de 2016, voltou-se para uma tentativa de reestruturar o currículo sob a égide da inovação tecnológica preferencialmente no campo de “projeto”.

## **5. CONCLUSÃO**

Apesar de atender os anseios dos discentes em relação as novas realidades impostas, pelo menos no que tange a matriz curricular, ela ainda está focada no papel clássico do Arquiteto e Urbanista: a área de projeto e execução de obras de arquitetura, urbanismo e paisagismo. O número de disciplinas destinadas aos vários campos do saber poderia ser repensado, buscando um equilíbrio maior, na ideia do profissional generalista que ocupa todas as áreas de sua profissão.

Uma discussão permanente entre os docentes do curso deve tanger as estratégias de atualização curricular e de formação do profissional Arquiteto e Urbanista, capaz de contribuir para a melhora do ambiente construído. Áreas como topografia, meio ambiente, planejamento urbano e regional e técnicas retrospectivas poderiam ser fortalecidas, abordando temas multidisciplinares de forma obrigatória. Somos confrontados com a necessidade de retornar a modelos de entendimento nos quais as áreas de conhecimento estão interligadas, e aceitar a multidimensionalidade presente em todos os fenômenos. Um paradigma epistemológico holístico se impõe progressivamente. Novos desenhos curriculares se fazem desejar; novas competências docentes se pronunciam.

Pode-se ressaltar a importância da estrutura curricular para a formação profissional, mostrando a necessidade de criação de mecanismos capazes de romper paradigmas seculares da profissão, proporcionando dentro das escolas, e aos próprios docentes, capacidade de superação das amarras de suas formações, propiciando assim, não a perpetuação de um profissional projetista, mas sim um profissional multifuncional e plural, apto aos desafios que se apresentam neste século.

Cabe as Escolas de Arquitetura, juntamente com o conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) rediscutir o papel do Arquiteto e Urbanista na sociedade brasileira, e juntos construírem um processo cujas funções formativas considerem o aluno no tempo presente e o profissional do futuro - um ser humano capaz de articular, criar redes, de contribuir e dar conta da profissão, e como diz a carta da Unesco, implicado com a evolução futura do ambiente construído.

## REFERÊNCIAS

CARTA PARA ARQUITETOS. (UIA, 2011). **Carta para a Formação dos Arquitetos**. Tokyo, 2011. Disponível em: <http://www.abea.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Carta-UNESCO-UIA-2011.pdf>. Acessado em: 09 de abril de 2018.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU, 2012). **Resolução nº 21 de 05 de abril de 2012: Dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES\\_21\\_VIDE\\_22.pdf](http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES_21_VIDE_22.pdf). Acessado em 29 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC, 2010). **Resolução nº 2 de 17 de junho de 2010: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&category\\_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192). Acessado em: 28 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC, 2007). **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007: Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf). Acessado em: 09 de abril de 2018.

MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia da Pedagogia Universitária**. FAPERGS/RIES, 2003.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC, 2016). **Plano Pedagógico de curso – PPC: Arquitetura e Urbanismo**. UPF. Passo Fundo, 2016. Disponível em: com autor. Visto em 08 de junho de 2018.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC, 2008). **Plano Pedagógico de curso – PPC: Arquitetura e Urbanismo**. UPF. Passo Fundo, 2008. Disponível em: com autor. Visto em 08 de junho de 2018.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC, 2006). **Plano Pedagógico de curso – PPC: Arquitetura e Urbanismo**. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [http://www2.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/05/FAU\\_Projeto\\_pedagogico\\_2006.pdf](http://www2.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/05/FAU_Projeto_pedagogico_2006.pdf). Visto em: 28 de junho de 2018.